

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	V
PREFÁCIO.....	XV
INTRODUÇÃO	1
a. Tema a ser desenvolvido e suas limitações	1
b. Justificativa da escolha e da importância do tema ...	7
c. Metodologia	12
CAPÍTULO 1 — DELIMITAÇÃO DO CONCEITO E DA DISCIPLINA JURÍDICA DA RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS INCONSTITUCIONAIS	17
1.1. Considerações iniciais.....	19
1.1.1 Norma jurídica: validade, vigência e eficácia ...	19
1.1.2. A inconstitucionalidade e a cobrança indevida de tributos como atos ilícitos	29
1.1.3. A inconstitucionalidade e a restituição de tributos como sanções previstas pelo Direito.....	36
1.2. Natureza jurídica da restituição de tributo inconstitucional.....	55
	IX



THAIS DE LAURENTIIS

1.3. Regime jurídico aplicável: tributário ou não tributário?	62
1.4. Fundamentos jurídicos da restituição de tributo inconstitucional	69
1.4.1. Fundamentos constitucionais	70
1.4.2. Fundamentos infraconstitucionais	76
1.5. A questão da nomenclatura	78

CAPÍTULO 2 — NORMA PADRÃO DA RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS INCONSTITUCIONAIS 83

2.1. Hipótese normativa da restituição de tributo inconstitucional: o pagamento indevido.....	87
2.2. Declaração de inconstitucionalidade: pressuposto para o direito à restituição do indébito.....	96
2.2.1. Controle de constitucionalidade principal (concentrado e abstrato).....	96
2.2.2. Controle de constitucionalidade incidental (difuso e concreto)	103
2.2.2.1. Súmula vinculante.....	107
2.2.2.2. Repercussão geral.....	114
2.2.2.3 Resolução do Senado	120
2.2.3. Modulação de efeitos.....	127
2.2.4. Controle de constitucionalidade pela Administração	136
2.3. Consequente normativo da restituição de tributo inconstitucional	143
2.3.1. Legitimidade ativa na ação de repetição de indébito	144
2.3.1.1. Restituição de tributos segundo o art. 166 do CTN.....	146

X



RESTITUIÇÃO DE TRIBUTO INCONSTITUCIONAL

2.3.1.1.1. Posição da jurisprudência sobre a questão.....	148
2.3.1.1.1.1. Legitimidade ativa do “contribuinte de direito” na visão do Superior Tribunal de Justiça	152
2.3.1.1.1.2. Legitimidade ativa do “contribuinte de fato” na visão do Superior Tribunal de Justiça ...	156
2.3.1.1.2. Crítica ao art. 166 do CTN e à jurisprudência dos tribunais superiores acerca da legitimidade ativa para a restituição de tributos	158
2.3.1.1.3. Repercussão jurídica do tributo: não cumulatividade, substituição e responsabilidade tributária	169
2.3.2. Legitimidade passiva	182
2.3.3. Quantum restituível	183

CAPÍTULO 3 — ACRÉSCIMOS À RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS INCONSTITUCIONAIS	185
3.1. Correção monetária.....	186
3.2. Juros.....	190
3.3. Multas	207



THAIS DE LAURENTIIS

CAPÍTULO 4 — VIAS PARA A RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS INCONSTITUCIONAIS..... 213

4.1. Administrativa..... 216

4.2. Judicial 220

CAPÍTULO 5 — FORMAS EXTINTIVAS DA RELAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS INCONSTITUCIONAIS 227

5.1. Decadência..... 229

5.2. Prescrição..... 231

5.2.1. Prazo prescricional cabível 233

5.2.1.1. Polêmica sobre a aplicação do art. 168 do CTN à restituição de tributos inconstitucionais..... 233

5.2.1.2. Para a ação anulatória, com fulcro no art. 169 do CTN 236

5.2.2. Termo a quo para a contagem do prazo prescricional..... 240

5.2.2.1. O pagamento de tributo como início do prazo prescricional 244

5.2.2.2. A declaração de inconstitucionalidade como início do prazo prescricional 247

5.2.2.2.1. Prazo no controle de constitucionalidade principal (concentrado e abstrato)..... 256

5.2.2.2.2. Prazo no controle de constitucionalidade incidental (difuso e concreto)..... 257

5.2.2.3. Considerações críticas sobre o problema 263

XII



RESTITUIÇÃO DE TRIBUTO INCONSTITUCIONAL

5.3. Compensação	271
5.4. Restituição administrativa	287
5.5. Pagamento por precatórios.....	291

CONCLUSÕES.....	295
------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	309
--	------------